



## **INCLUSÃO SOCIAL E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR PROFESSORES EM SALAS DE AULA DE ENSINO REGULAR**

Luciene Moraes Cavalcante<sup>1</sup>, Luiza Cristina Feitosa<sup>2</sup>, Glícia Joama Alves da Costa<sup>3</sup>, Danniely Alves Benício<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. E-mail: [luciene\\_biologia@hotmail.com](mailto:luciene_biologia@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. E-mail: [luisa\\_cristyna@hotmail.com](mailto:luisa_cristyna@hotmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. E-mail: [gliciajmalves@yahoo.com.br](mailto:gliciajmalves@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. E-mail: [dannielybenicio@gmail.com](mailto:dannielybenicio@gmail.com)

**RESUMO:** Com o desenvolvimento mundial adquiriu-se uma maior aceitação da deficiência devido ao aparecimento de novos pensamentos e mentalidades. Alunos com Necessidades Educativas Especiais em escolas de ensino regular é uma realidade da qual não se pode fugir, portanto planejamentos, metodologias, escolha de conteúdos e formas de avaliação são dificuldades enfrentadas por professores para promover uma aprendizagem significativa para os sujeitos com deficiências, a falta de especialização dos profissionais torna a existência de recursos pedagógicos adaptados ineficiente, a Educação Inclusiva é um Desafio a ser enfrentado diariamente pelos profissionais da Educação. As informações foram coletadas por meio da aplicação de um questionário contendo 10 afirmações (Tabela 1), de entrevistas aos professores do ensino regular do município. A maioria dos professores entrevistados trabalha na instituição há mais de 10 anos 73,33% (n=11), Dos professores entrevistados, 33,33% (n= 5) sabe de maneira correta a definição de inclusão, enquanto 66,66 (n=10) conhecem pouco sobre o tema, então se conclui que para que haja uma verdadeira inclusão, o ambiente escolar necessita de adequações arquitetônicas, formação continuada dos professores, suporte, orientação e acompanhamento para as famílias, no entanto a inclusão vem ocorrendo de maneira não planejada e não sistematizada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão Escolar, Ensino Regular, Dificuldades Enfrentadas.

## **INTRODUÇÃO**

A educação inclusiva é um processo que amplia a participação de todos os estudantes em escolas de ensino regular, é uma abordagem humanística, onde se percebe que toda criança é capaz de aprender, que é preciso respeitar as diferenças, é um processo dinâmico que está em constante evolução e não deve ser restrito ou limitado por problemas e dificuldades enfrentados em sua execução. Atualmente o ingresso de alunos especiais às escolas de ensino regular vem crescendo significativamente, porém estas escolas muitas vezes não estão preparadas para receber os mesmos, por falta de recursos que facilitem o processo de ensino aprendizagem, bem como a formação profissional dos educadores que muitas vezes não se encontra voltada para essa área o que dificulta na execução do seu trabalho.

Com o desenvolvimento mundial adquiriu-se uma maior aceitação da deficiência devido ao aparecimento de novos pensamentos e mentalidades. Estas transformações aconteceram

gradativamente, hoje, as crianças com deficiência frequentam escolas de ensino regular e vivem como uma criança dita “normal”. No entanto, ainda temos um longo caminho a percorrer para que todas as crianças em processo de inclusão tenham um melhor desempenho em sala de aula e assim consigam se desenvolver da melhor forma possível.

Segundo a “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008) publicada em 2008, traz a compreensão de que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que realiza o atendimento educacional especializado orientando quanto a sua utilização no processo de ensino aprendizagem como também a disponibilização de recursos e serviços a serem utilizados. Ela também dispõe que a Educação Especial deve ser ofertada em todos os níveis de ensino por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que utiliza estratégias pedagógicas diferenciadas.

Alunos com Necessidades Educativas Especiais em escolas de ensino regular é uma realidade da qual não se pode fugir, portanto planejamentos, metodologias, escolha de conteúdos e formas de avaliação são dificuldades enfrentadas por professores para promover uma aprendizagem significativa para os sujeitos com deficiências, a falta de especialização dos profissionais torna a existência de recursos pedagógicos adaptados ineficiente, a Educação Inclusiva é um Desafio a ser enfrentado diariamente pelos profissionais da Educação.

Guimarães e Galvão Filho (2012, p. 21) nos ajudam nessa direção quando afirmam que:

Para a garantia da aprendizagem de todos os alunos, precisamos assegurar o acesso ao currículo escolar, por meio de práticas pedagógicas diferenciadas que atendam aos percursos de aprendizagem de cada estudante. Tal situação é um desafio, pois demanda professores detentores de conhecimentos teórico-práticos, bem como planejamentos coletivos, estratégias e metodologias de ensino e de processos de avaliação que possibilitem ao educador acompanhar o desenvolvimento de cada aluno que está em sala de aula.

Para que ocorra a inclusão de pessoas com deficiência em escolas de ensino regular se faz necessário que essas escolas estejam preparadas para recebê-las e tenha espaço adequado para elas, é necessário também ter conhecimentos acerca das possibilidades de aprendizagem que elas possuem, adequando o currículo para as necessidades dos alunos, incluindo-os ao meu de aprendizagem.

Os portadores de necessidades especiais são assegurados pela constituição federal, que lhes dá direito à educação de qualidade no ensino regular em instituições públicas. Contudo, sabe-se que não há capacitação dos professores para receberem alunos com necessidades educativas especiais em escolas de ensino regular, de fato a qualidade de ensino no âmbito da educação especial é precária e insatisfatória, faltam recursos que possibilitem ao docente



apoio necessário, sabendo-se que a educação inclusiva é aquela que oferece um ensino adequado às diferenças e às necessidades de cada aluno.

Segundo MEC (2006), O princípio fundamental que rege as escolas integradoras consiste que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Que as escolas devem reconhecer as diferentes necessidades de seus alunos e a elas atender; como também adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem de cada aluno, assegurar um ensino de qualidade a todos, assim como atender às contínuas necessidades especiais que surgem na escola.

Partindo desta explanação este trabalho tem o objetivo de colocar em evidência os desafios e dificuldades enfrentados por professores das escolas da rede pública de ensino para atender alunos com necessidades educacionais especiais inseridos em escolas de ensino regular, visando o desenvolvimento no processo de construção da aprendizagem dos alunos com deficiência.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada no município de Patos na Paraíba em duas escolas da rede municipal: Aristides Hamad Timene e Pastor Frank Dyer. Patos é um município brasileiro localizado no estado da Paraíba, com área territorial de 473,056 km<sup>2</sup> e população de 106.314 habitantes (IBGE, 2015).

As informações foram coletadas por meio da aplicação de um questionário contendo 10 afirmações (Tabela 1), de entrevistas aos professores do ensino regular do município. As questões discutiam sobre o tema da inclusão e sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores que estão lecionando na sala de ensino regular, que tem pessoas com necessidades especiais compartilhando conhecimentos e aprendizado.

Tabela 1- Afirmativas aplicadas aos professores entrevistados

Afirmativas
1. Há quanto tempo trabalha na instituição?
2. Tem algum tipo de especialização e/ou curso preparatório para acompanhar o aluno em sala de aula regular?
3. Para você, o que é inclusão?
4. Qual (ais) o (s) tipo (s) de deficiência (s) que podemos encontrar na sala de aula?
5. A instituição disponibiliza algum tipo (s) de recurso (s) e/ou serviço (s) que ajude no trabalho com pessoas com necessidades especiais?
6. Qual (ais) dificuldade (s) enfrentada (s)?
7. Como descreveria a qualificação profissional, frente a inclusão?
8. O que faltaria na instituição para que a inclusão funcionasse de maneira eficaz?
9. Como a família interage na inclusão do aluno?



---

10. A escola proporciona algum tipo de preparo, para auxiliar esses alunos?

---

Fonte: Autores, 2016.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maioria dos professores entrevistados trabalha na instituição há mais de 10 anos 73,33% (n=11) e os outros variam de 1 a 10 anos 26,66% (n=4). Apenas 53,33% (n=8) possuem algum tipo de especialização para acompanhar o aluno incluído na sala regular, e os outros 46,66% (n=7) não tem nenhum tipo de especialização, nem para a sala com pessoas com necessidades, nem para o crescimento profissional. As principais deficiências encontradas em sala regular são: deficiências múltiplas 40% (n=6), baixa visão e cegueira 26,66% (n=4), surdez 20% (n=3) e deficiência intelectual 13,33% (n=2), que pode ser observado na figura 1.

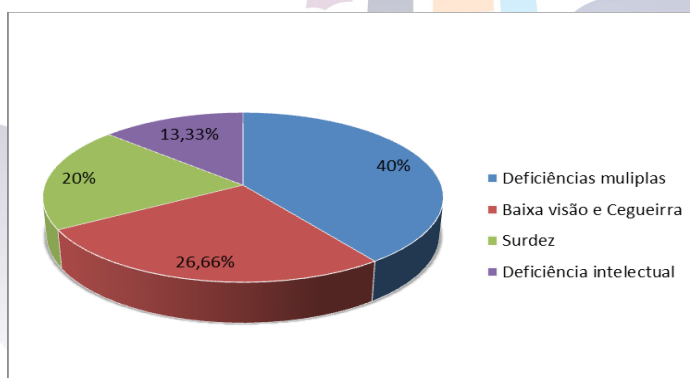


Figura 1: Principais deficiências encontradas em salas regulares.

De acordo com Bueno (1999), “dentro das atuais condições da educação brasileira, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem apoio especializado, que ofereça aos professores dessas classes, orientação e assistência”.

A formação de professores é um aspecto que merece atenção quando se trata de inclusão. Muitos professores sentem-se inseguros e receosos quando se fala na possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma afirmação geral de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores: “Não fui preparado para lidar com crianças com deficiência” (LIMA, 2002, p.40).

Dos professores entrevistados, 33,33% (n= 5) sabe de maneira correta a definição de inclusão, enquanto 66,66 (n=10) conhecem pouco sobre o tema, mas detenham-se apenas



sobre inclusão de necessidades físicas e mentais, esquecendo da individualidade de cada um, de suas necessidades e emoções.

Segundo as Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica (BRASIL, 2001), “Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade.” Tal posição ainda é encontrada na Resolução 02/2001, que afirma em seu (Art. 3º, p.01) que:

Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Em relação aos serviços e recursos disponibilizados pela instituição para acompanhamento desses alunos, 53,33% (n=8) não possuem nenhum tipo de serviço ou recurso, tendo bastante dificuldade para ajudar num aprendizado ativo desses alunos, 26,66% (n=4) possui pouco acesso, e necessita de uma demanda maior desses recursos, tais como brinquedos, livros didáticos e para didáticos, acompanhamento médico, entre outros e 20% (n=3) descrevem como sendo fatores indispensáveis para a aprendizagem desses alunos e acredita que o material que a escola disponibiliza supre as necessidades dos alunos com necessidades especiais inclusos no ensino regular (Figura 2). Todos os entrevistados destacam que umas das principais dificuldades enfrentadas pelos docentes é a falta de profissionais instruídos e pouco e/ou falta de acesso a recursos que ajudem no aprimoramento e na formação continuada desses profissionais para assim atenderem de maneira satisfatória todas as necessidades dos alunos inclusos.

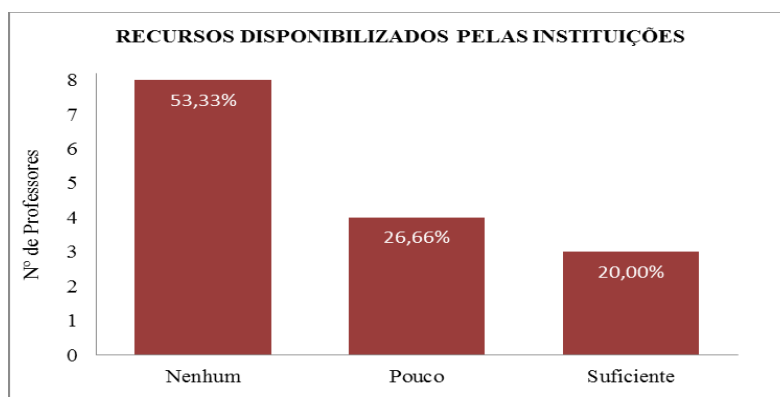


Figura 2: Serviços e recursos disponibilizados pela instituição para acompanhamento desses alunos.



A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, no Artigo 59, inciso III, define que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com necessidades especiais: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996).

Um dos desafios fundamentais que surgem em relação da proposta de escola inclusiva é a formação do professor, que para Fávero (2009) é, justamente, o de repensar a própria concepção de educador. Que não deve se contentar apenas a passar conteúdos e dar aula, mas sim ter sua formação profissional continuada, buscando sempre informações, métodos e experiências novas.

Os entrevistados afirmaram 46,66% (n=7) não está preparada para esta a frente de uma sala com pessoas com necessidades especiais, 26,66% (n=4) acredita que os professores estejam sim qualificados para tal procedimento, 20% (n=3) ficou na dúvida sobre a qualificação da classe e apenas 6,66% (n=1) não opina sobre o assunto.

Para Freitas (2008), não basta receber tais alunos para a mera socialização, se faz necessário um atendimento que oportunize o desenvolvimento efetivo de todos, que busque capacitar os profissionais, visto que somente a formação inicial não é suficiente para o enfrentamento destas questões tão sérias e difíceis de lidar.

Para que a inclusão funcione de maneira eficaz, 60% (n=8) concordam que tem que haver capacitação profissional, conscientização da população 26,66% (n=4) e aceitação familiar 20% (n=3).

Temos observado um processo de mudança na educação cujo entendimento sobre a educação inclusiva implica segundo Carmo (1991, p. 126), “sobretudo, a existência de recursos materiais e humanos apropriados; transporte e bibliotecas adequadas; oficinas profissionalizantes equipadas; recursos financeiros compatíveis e educação continuada.”

Segundo Freitas, Beatriz de Lucca, Pinho, (2005, p. 27):“A posição da família do aluno com necessidades educacionais especiais é apontada como um obstáculo do processo de inclusão educacional, quando esta “dificulta a inclusão por não reconhecer as possibilidades da criança”.

As pessoas com necessidades, de acordo com 13,33% (n=2) não recebem auxílio familiar, 26,66% (n=4) relatam que as vezes a família tenta se adaptar e aceitar a pessoa com



deficiência, tentando adaptá-las ao meio social e a maioria 60% (n=8) afirmam que a família joga a total responsabilidade na escola e no professor.

MEC (2006) afirma que, a educação de crianças com necessidades educacionais especiais, é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Atitudes positivas da parte dos pais favorecem a integração escolar e social e que os pais juntamente com a família deverão ser providos das informações necessárias, em linguagem clara e simples.

A maioria dos entrevistados 93,33 (n=14) acreditam que a escola não disponibiliza um preparo para o profissional de educação enfrentar a sala de aula com alunos especiais, e se disponibiliza não atua de maneira positiva para o ensino ativo desses alunos, e 6,66% (n=1) acredita que sim, a escola disponibiliza todos os recursos necessários para esse procedimento (Figura 3).

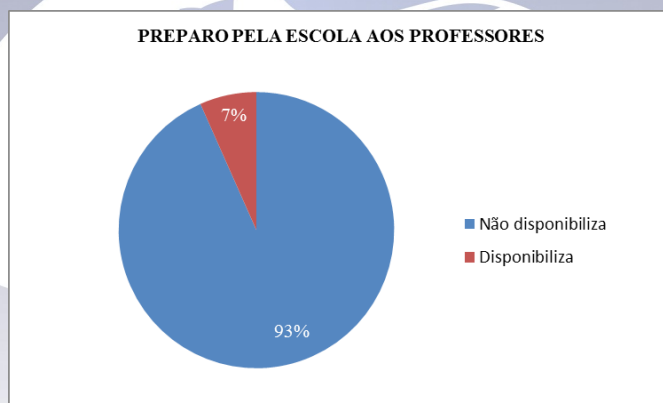


Figura 3: Percentual de professores que acham que a escola disponibiliza os recursos necessários.

Para Paulon (2005), a educação brasileira tem o desafio de fazer valer o compromisso de implementação de uma política inclusiva priorizando o atendimento aos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular, entretanto, trata-se de processo complexo e implica mudanças necessárias à implementação de uma política inclusiva.

## CONCLUSÃO

Diante das informações obtidas, chega-se a seguinte conclusão, o processo de inclusão dos alunos que tem necessidades especiais em escolas de ensino regular tem crescido em grandes proporções nos últimos anos e que para que o processo de aprendizagem tenha efetivo êxito é necessário que a escola disponibilize recursos, como também qualificação aos profissionais educadores para que os mesmos possam realizar seu trabalho alcançando todos os seus alunos.



Para que haja uma verdadeira inclusão, o ambiente escolar necessita de adequações arquitetônicas, formação continuada dos professores, suporte, orientação e acompanhamento para as famílias, no entanto a inclusão vem ocorrendo de maneira não planejada e não sistematizada.

A realidade enfrentada pelos professores, revela-se sobre modo difícil dadas as condições inadequadas para o desenvolvimento de contextos favorecedores da aprendizagem, logo muitas dificuldades surgem e ganham grandes proporções nas escolas de ensino regular com alunos com necessidades especiais.

A matrícula de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino se tornou obrigatória segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº.9.394/96), e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE / CEB, 2001), porém o que se percebe é que falta muito para que este processo seja realmente efetivado no cotidiano das escolas, onde ao termino desta pesquisa se constatou que professores além de não terem, especialização adequada para trabalharem na área em sua maioria, como também não contam com salas de recursos multifuncionais.

## REFERÊNCIAS

BUENO JGS. **Educação especial brasileira: integração /segregação do aluno diferente.** São Paulo, EDUC/PUCSP, 1993.

LIMA PA. **Educação Inclusiva e igualdade social.** São Paulo; AVERCAMP, 2002.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei 9394, de 23 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

**As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas/**claudia Regina Mosca Giroto, Rosimar Bortolini Poker, Sadao Omote(org.).–Marília: Oficina Universitária; São Paulo: cultura Acadêmica, 2012.

**Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas/** Félix Díaz, Miguel Bordas, Nelma Galvão, Theresinha Miranda, organizadores; autores, Elias Souza dos Santos... [et al.]. - Salvador: EDUFBA, 2009.

**O professor e a educação inclusiva : formação, práticas e lugares /** Theresinha Guimarães Miranda, Teófilo Alves Galvão Filho, organizadores. - Salvador : EDUFBA, 2012. 491 p.: il.





**Inclusão digital e social de pessoas com deficiência: textos de referência para monitores de telecentros.** – Brasília: UNESCO, 2007. 73 p.

**Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a)** publicada em 2008.

**Saberes e práticas da inclusão : recomendações para a construção de escolas inclusivas.** [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 96 p. (Série : Saberes e práticas da inclusão)

CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina.** Brasília, DF: Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

FREITAS, Soraia Napoleão; **Uma escola para todos: reflexões sobre a prática educativa.** Inclusão. Revista da Educação Especial. Brasília, Ano 2, n. 3, dez/2006..

**Documento subsidiário à política de inclusão /** Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. –Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. **Ministério da educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica /** Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

**Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.(\*)